

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO DA ECOLOGIA HUMANA E SOCIAL

CONSIDERATIONS ON THE SPEECH OF HUMAN AND SOCIAL ECOLOGY

Rosana da Silva Berg

Doutoranda do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana - UERJ
Professora UNISUAM, Professora Universidade Castelo Branco
E-mail: rosanaberg14@gmail.com.br

Ana Beatriz Tavares

Doutora em Ciências do Exercício e do Esporte;
Docente do Instituto Federal do Rio de Janeiro, IFRJ.
E-mail: ana.tavares@ifrj.edu.br

RESUMO

A ecopedagogia vem assumindo papel crítico na reorientação das pessoas envolvidas com o meio ambiente e com o cuidado com a casa comum. O objetivo desta resenha é analisar as propostas educacionais de três documentos fundadores da ecopedagogia social contemporânea: Carta da Terra, Ecologia, mundialização e espiritualidade e Laudato Si, com foco nas orientações para mudança de atitude e comportamento em relação à comunidade de vida do planeta. A tríade se justifica, por razões de convergência de ideias, de orientação filosófica e de metas. A partir da análise das orientações e princípios dos três documentos, formulamos propostas de intervenção. Fundamo-nos nas afirmações que são consensuais, alicerçadas em dados empíricos e em evidências robustas, sobre atitudes e práticas humanas, relativas à subsistência, ao lucro e ao descarte e legitimamos uma proposta de reorientação ecológica. No correr da análise, discutimos afirmações que parecem, à primeira vista, polêmicas ou inconsistentes e ressaltamos as mais produtivas.

Palavras-chave: Carta da Terra, ecologia, Laudato Si, educação ecológica.

ABSTRACT

The aim of this review is to analyze the argumentative discourse of Carta da Terra, Ecologia, mundialização e espiritualidade e Laudato Si, focusing on guidelines for behavior and attitude change towards life community on the planet. The analysis shows that the documents are centered on facts and principles, from which are formulated proposals for change. The documents are constructed with consensus statements, based on empirical data and scientific evidence; they judge and condemn human attitudes toward profit and disposal and legitimize a proposed ecological reorientation.

In the course of the analysis, we discuss claims that seem, at first glance, controversial or inconsistent, and emphasize the more productive ones.

Keywords: Earth Charter, ecology, Laudato Si, ecological education.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo foram analisadas as ideias principais de três documentos fundadores da ecologia social contemporânea e avaliamos seu potencial como detonador de mudanças de comportamento e atitude dos leitores, em relação às diferentes manifestações da vida no planeta Terra.

A tríade se justifica, e demanda uma análise integradora, por razões de convergência de ideias, de orientação filosófica e de metas. A Carta da Terra (CT), o mais antigo dos três, teve redação inicial na ECO 92, em que a participação de Leonardo Boff foi expressiva. Laudato Si, encíclica do papa Francisco I, teve nele um consultor privilegiado. Por fim, o texto de Boff apresenta um novo projeto político e social, com metas ecopedagógicas nítidas e, à primeira vista, utópicas.

1.1 Carta da Terra

Inicia-se pela análise da superfície textual da Carta da Terra. O exame de artigos, comentários e referências a CT, a partir de 2010, indica que o documento se transformou em ponto de partida para novas propostas de ecoética, que favorecem deontologias jornalísticas, e inspiram programas de ecoeducação, com projetos de intervenção pedagógica. A mesma tendência se verifica na obra Ecologia, mundialização e espiritualidade, de Leonardo Boff, e na encíclica Laudato Si, de Francisco I.

A constatação inicial, nas matérias associadas à Carta da Terra, é que os estudiosos dos temas ecológicos tomam o documento como concluído e “fechado”, que cabe acatar: ler, discutir e aplicar, em cada contexto prático. São raras as obras de análise crítica da Carta, quer sob a forma de resenha, quer de avaliação dos seus princípios e propostas de aplicação. Também não detectamos exercício de comentário dos termos da CT, nem abordagens explicativas da superfície textual do seu discurso. Nos documentos que compulsamos, o conteúdo da CT é transcrito, ou apresentado como definitivo. Não há menção ao caráter hermético de algumas passagens, e da ambiguidade de outras. Não verificamos análise das camadas de sentido do texto, e de sua destinação para diferentes grupos de leitores, com foco naqueles que detêm níveis mais altos de conhecimento enciclopédico da temática ecológica e da sociológica. Não há menção para o fato de que algumas ideias aparecem em primeiro plano em algumas

seções, e em fundo em outras, bem como o surgimento, em primeiro plano, de ideias que não tinham sido apresentadas nas partes anteriores do documento, como é o caso de *espiritual e reverência*.

O ponto central da CT, que a justifica, são os 16 princípios, listados em bloco, e que não foram analisados nem discutidos nas publicações que cotejamos. Os pressupostos teóricos, de orientação holística, e que postulam interdependência entre os princípios, são reproduzidos e considerados como conclusivos.

Neste contexto, em que se verifica lacuna interpretativa da Carta, nós nos propomos efetuar uma análise crítica do texto, com apresentação e discussão das suas três seções: as que antecedem os princípios, a seção dos princípios e *o caminho adiante*. Iniciamos por uma apresentação sucinta sobre o conteúdo e o espírito da Carta. A presença da temática espiritual se associa com o pensamento ético-teológico de Boff (2008), em *Ecologia, mundialização e espiritualidade*.

Em seguida, comenta-se os princípios, com foco em aspectos da organização textual da Carta, como implicação, interdependência e autonomia de cada princípio. Nesta parte, também discutimos segmentos dos princípios em que se verificam casos de sobreposição, paráfrase e redundância.

Também se oferece uma interpretação sobre o caráter holístico e deontológico da CT, em que se agregam referências a valores espirituais, como reverência e sacralidade; morais, como deveres essenciais e epistêmicos, como afirmações sobre o futuro inexorável anunciado, na hipótese de alguns compromissos não serem assumidos. Por fim, é comentada a dificuldade de leitura da Carta pelos leitores que não dispõem de conhecimento enciclopédico sobre as bacias semânticas de *ecoética, cuidado, evolução, interdependência, reverência e sacralidade*.

Segundo a interpretação dos autores, o caráter figurado e poético do texto, marcado por construções metafóricas e metonímicas, torna algumas passagens difíceis de interpretação, para o leitor que não está equipado com os vocabulários desses domínios. Por outro lado, contribui de forma explícita para a valorização estética dos movimentos que ecologizam o conhecimento.

Espera-se contribuir para que os leitores comprometidos com o espírito da CT produzam novas leituras deste relevante documento. Postula-se que o espírito da busca de sentido para cada palavra do documento contribui para a expertise na leitura e na extração de diretivas para a atuação como educadores ecoéticos, envolvidos na prática da ecopedagogia.

1.2 O conteúdo e o espírito da Carta

A CT começa a ser elaborada durante a ECO 92 e expressa as decisões acatadas na conferência. Sua redação final é publicada no ano 2000. Tem como objetivos alertar para o momento de fragilidade vivido pela Terra e orientar a mudança necessária para que o planeta seja um lugar sustentável e bonito para acolher a vida humana e a comunidade terrestre.

Conforme o documento, a paz só é possível se, no planeta, os direitos humanos e a justiça econômica forem alcançados, o que confirma os pilares para o desenvolvimento sustentável, estabelecidos pela ONU: econômico, social e ambiental.

A Carta retoma as ideias fundadoras em quatro formulações: no preâmbulo, elas aparecem de forma genérica. Nos 16 princípios, a comunidade humana é conclamada a assumir as implicações dos quatro grandes descritores. Os princípios se desdobram em diretivas para diferentes atores. Por fim, no caminho adiante, eles se sintetizam em alvos a atingir.

Após o preâmbulo, a CT se tece em torno de quatro grandes descritores, e desdobra cada um em quatro princípios, que apresentam orientações para um modo de vida sustentável. Esses princípios são por sua vez subdivididos em subprincípios. Os descritores são: Respeito e cuidado da comunidade da vida; Integridade ecológica; Justiça social e econômica; Democracia, não violência e paz.

Para compreender alguns pontos que, inicialmente, pareceram ser de difícil interpretação, compara-se o texto originário em inglês com a tradução portuguesa. Do confronto resultaram novas interpretações, sobre pontos que no início pareciam ambíguos ou confusos. No desdobramento dos 16 princípios em ações programáticas, foram identificadas seis ações que se referem ao mundo do conhecimento, registradas com o verbo *reconhecer*, e uma com *aceitar*.

1.3 Dificuldades de leitura e interpretação

O fato de o primeiro descritor ser redigido com verbos no infinitivo (respeitar e cuidar) e não com substantivos (respeito e cuidado), enquanto nos outros três a formulação é nominalizada causa dificuldade inicial para compreender as relações entre descritores e princípios. Também o fato de os 16 princípios se subdividirem em 61 subprincípios, com 54 de obrigações e sete de conhecimento, retarda um pouco a compreensão da mensagem da CT, uma vez que o documento se constrói em torno de compromissos, mas sem nomear os atores pressupostos. Merece comentário a versão portuguesa em que aparece subprincípio dois do primeiro descritor, com o termo *assumir*.

Enquanto a versão inglesa se constrói com *affirm that*, na tradução portuguesa consta: *assumir* que o aumento da liberdade... A tradução mais próxima da ideia da Carta seria *garantir, asseverar*, e não *assumir*.

Na letra a. do subprincípio Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade, lê-se reconhecer que todos os seres estão interligados. O texto em inglês usa *inderdependent*, que aponta para uma relação de equivalência, sem hegemonia do humano, o que não se garante com *interligados*.

Em *O caminho adiante*, tem-se *ongoing* traduzido por *iminente*. Entretanto, o termo inglês aponta para algo que está *em processo*, enquanto no *iminente* português a referência é para algo que pode acontecer logo. *Effective governance* está traduzido para *governabilidade*, que é a propriedade de ser governável, e onde se perde a ideia de processo.

Do fato de a CT ser formulada num contexto holístico, de esperança, e da busca da preservação e da beleza do planeta, resulta a busca por um texto poético, metafórico (a Terra sofre) e metonímico (a Terra providencia). Tal característica torna o texto relativamente hermético em termos de comandos para ação.

Seguem as interpretações das autoras sobre o documento como um todo.

O redator da CT está imbuído de uma atitude de reverência para com a Terra, que personifica, emprestando-lhe características de lar, fonte da vida, vulnerável.

Mantém posição crítica em relação aos possíveis leitores da CT, que não especifica. Escreve para cada indivíduo, grupo, organização ou instituição. Entretanto, a identificação do ator presumível exige leitura crítica e interpretativa do foco do documento.

O texto se reveste de um tom místico, sagrado, em relação aos compromissos e atitudes que os autores da CT esperam despertar nos leitores, potenciais atores envolvidos no alcance dos objetivos da Terra, que lhes escreve.

Entre as passagens do texto que merecem análise detida e interpretação contextualizada, destacamos:

1. Frases hiperbólicas de efeito, a exemplo da seguinte “Propósito: para chegar a esse propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações”.
2. Expressões em que não é imediata a compreensão do seu conteúdo, a exemplo de “respeito pela natureza”, em que a locução preposicional *pela* obscurece o sentido de complemento nominal de *natureza*: “Deve-se somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza”.
3. Frases polêmicas, como:

“A humanidade é parte de um vasto universo em evolução”, em que não é transparente que se trata de evolução no sentido convencional, uma vez que a expressão original, em inglês, é *evolving process*, (processo evolutivo), que aponta para dinamismo.

A frase seguinte não deixa clara a relação entre o meio ambiente, que se formula como predicativo do sujeito, e o resto da frase, que tem aparência de predicado, embora seja o sujeito: “O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas”.

4. Personificação de Terra, com o uso do aposto e com atribuições de sujeito animado e intencional, como se pode constatar nas duas passagens seguintes: “a Terra, nosso lar” e em: “a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida”. A carta passa a impressão de ser a voz de um corpo animado, consciente, que sofre e pede atenção, cuidado, respeito e veneração. É dessa impressão que provém nossa hipótese, de genitivo agentivo, com genitivo no papel de agente, no sentido de que quem escreve é a Terra. A Carta (aberta) da Terra, neste contexto, se dirige a todos os humanos e nos leva a pensar em outras cartas, escritas por pessoas de notório saber como Carta de Pero Vaz de Caminha, Carta de Martim Afonso de Souza, Carta de Getúlio Vargas, Carta de Lutero, Carta de Martin Luther King.

5. Outra leitura da locução preposicional é a de locativo, como em Cartas do Cárcere, Carta da Jamaica, Carta de Goiás, em que a autoria é notável e identificável.

6. Ambiguidade e indefinição semântica:

Por vezes é difícil estabelecer uma leitura de ação para recuperar, ou para manter as coisas como estão. O documento pede ação para salvar, novas atitudes relativas ao cuidado, mas a palavra proteção pode dar a ideia de manter as coisas como estão, como se a Terra fosse um parque ou uma reserva, que se deve manter intocável: “A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado”.

7. Quebra de paralelismo semântico, com palavras de diferentes campos semânticos, em que o uso de conectivos aditivos e adversativos em que o segundo termo não guarda correlação transparente com o primeiro. No primeiro caso, o termo *promessas* não é esperado depois de *perigos*:

“À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas.”

No segundo, a adversativa introduz dupla negação, o que dificulta o processamento da frase como um todo: “Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.”

Também contribui para o caráter hermético de algumas passagens o uso de termos que não se usam, atualmente, com o sentido original, como é o caso de *forjar*: “Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções includentes”. *Forjar*, em português, afastou-se do sentido de trabalhar na forja, e hoje tem conotação pejorativa, o que prejudica o sentido esperado na expressão inglesa *to forge*.

Há também construções como *afirmar a fé*, em que é difícil compreender o sentido de *afirmar*, em vista da natureza do objeto *a fé*: “Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.” A ideia de afirmar fé na dignidade, à primeira vista, não faz sentido, e não chega a elucidar-se no curso da frase, nem da carta.

O documento é denso em reflexões éticas e morais, que exigem discussão, análise e busca de parceiros especialistas em ecoética, ecopedagogia e ecoteologia, e nas dimensões mística e espiritual. No trecho abaixo, a expressão “de parentesco com toda a vida” que à primeira leitura poderia sugerir referência à teoria da evolução das espécies, parece mais convincente a interpretação de fortalecimento da solidariedade dos humanos com todas as formas de vida:

“O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida, e com humildade considerando em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza”.

1.4 Considerações preliminares

Esta primeira avaliação da Carta abre um leque de tarefas interpretativas que justificam esforço de equipe para a análise responsável do potencial transformador do documento. Por ora, constatamos que a Carta, em termos de estilo, não se dirige a um leitor-alvo específico. O tom poético e, até certo ponto, místico, dificulta interpretação unívoca.

Entre as tarefas é relevante a de estabelecer relações entre o conteúdo e do espírito da Carta e o pensamento ético-teológico de Leonardo Boff (2008), com Ecologia, mundialização e espiritualidade, que sintetiza o pensamento ecoético e ecoteológico do autor até a data de sua publicação. A obra, que se constitui das três partes constantes do título, é semente e fruto da Carta da Terra, uma vez que ambos os textos são gerados em sua versão primeira em 1992.

A primeira conclusão desta resenha é que é imperativo criar um grupo de estudos sobre os pressupostos da Carta da Terra e o livro de 2008 de Boff. A segunda é

que é preciso interagir com as ideias do autor apresentadas em sua produção jornalística atual e utilizar as formulações de hoje para compreender o que ele disse ou falou ontem.

1.5 Ecologia, mundialização, espiritualidade

Ecologia, Mundialização, Espiritualidade, obra de Leonardo Boff, é ecopedagógica, no sentido de que trata de questões atuais relacionadas à conscientização dos indivíduos sobre a Terra e de orientar para uma educação formal que trace objetivos claros de recuperação da natureza e de ações positivas sobre ela. O livro lançado em 2008 traz, segundo o autor, textos que nasceram de um momento de crise por qual passa a humanidade. Crise em relação às questões políticas e ideológicas que interferem no imaginário dos indivíduos e que proporcionam novas visões e novos pensamentos carregados de esperança.

O texto está dividido em três partes, anunciadas no título. A primeira parte é dividida em três capítulos que apresentam e discutem a temática da Ecologia. Conforme o autor, ecologia é diálogo de tudo o que existe; é inter-ação; relação entre os seres, vivos ou não. Deve-se ultrapassar o entendimento reducionista de ecologia associado apenas à natureza. Ao postular a interdependência o termo ecologia nega todas as 'hierarquias'; logo, todos os seres possuem autonomia e o futuro requer adaptação e relação, ignorando o 'mais forte'. Nessa mesma linha de pensamento pode-se falar em 'Ecologia profunda' de Arne Naess que, segundo Giddens (1996), propõe "uma nova política e uma nova filosofia moral que vejam os seres humanos inseridos na natureza e dela fazendo parte e não como superiores a ela" (p. 226). Segundo a visão ecopedagógica de Boff, a ecologia deve ser uma preocupação de todos com a Terra. Os indivíduos devem estar atentos para o equilíbrio universal e para isso precisam buscar novos caminhos, nova ordem ecológica mundial.

No capítulo "Ecologia: política, teologia e mística" ao comentar o conceito de ecologia, Boff mostra a necessidade de um conhecimento interdisciplinar sobre os fatos, superando saberes estanques. Discorre sobre a importância do passado e do futuro na visão ecológica; dessa forma os indivíduos serão mais solidários com as gerações que estão por vir, sendo possível superar o pensamento dominante e propor uma visão ecológica holística, preocupada com o todo, em que cada indivíduo faz parte de um elo da corrente cósmica que hoje se encontra ameaçada.

Nesse contexto, é necessário mudar práticas e saberes humanos em prol do cuidado e da preservação do planeta. Boff comenta algumas proposições do senso comum, como ecologia ser coisa de ricos, de ambientalistas e grupos verdes, mostrando que devemos superar essas falas e pensar no bem maior que é a Terra. Destaca também o mal que vimos causando ao meio ambiente ao longo dos anos e a necessidade de

adotarmos uma cultura ecológica, com práticas mais saudáveis para nós e menos agressivas com a natureza. Os caminhos possíveis para a efetivação dessas práticas passam por reflexão crítica dos aspectos econômico, político, social, ético, mental e místico. Aborda a relação da ecologia com aspectos contemporâneos da teologia e, conseqüentemente, com Deus e com o cristianismo.

Em Religião, justiça societária e reencantamento da criação, segundo capítulo, o autor retoma a discussão sobre religião e misticismo, como contra ponto à razão. Mostra que o pensamento racional que ocupava lugar central em nossa sociedade trouxe um desenvolvimento desenfreado, segundo Boff “desenvolvimento ilimitado” (2008, p. 76), que acaba possibilitando a destruição para a própria humanidade. Conseqüentemente, urge a proposta de uma ética para o desenvolvimento, que utilize a razão e que a ultrapasse relacionando-a a um todo maior, em que entraria o misticismo e a religião, proporcionando um (re)encantamento pelo mundo e pela terra.

De acordo com o autor, a experiência com o divino e com a mística é globalizadora e integradora, tem relação com o todo da vida. Observa-se, portanto uma mudança para um paradigma religioso, no qual se procura Deus como Espírito, comunicação e liberdade e não mais nas religiões tradicionais. Justifica o surgimento de religiões populares, em que os profetas são os grupos insatisfeitos com a ordem vigente, são as pessoas carentes, sobreviventes. Esses grupos operam a libertação dessa condição desumana com objetivo transformador, aceitam e assumem o desafio de trabalhar a questão da justiça social, da ciência e da tecnologia e, por fim, da ecologia.

Boff propõe que, para salvar a natureza, as religiões devem se articular em uma relação de respeito com os indivíduos. Não podem mais ser cúmplices de práticas exploratórias da terra que levaram à atual crise da biosfera. Portanto, vivemos um tempo em que o novo religioso e místico não precisa se esconder, dando início a um novo tempo em que se integram todas as dimensões humanas e cósmicas.

No terceiro capítulo “O que é uma democracia ecológico-social”, o autor descreve e comenta as formas clássicas de democracia (direta; representativa; participativa e universal) e destaca que uma nova forma está se configurando – a democracia ecológico-social. Nessa nova forma de democracia, ao lado das questões humanas, focalizam-se as questões ecológicas, buscando melhorar a qualidade de vida, ultrapassando o enfoque participativo e social, em prol da conscientização ecológica.

Neste novo paradigma, o homem deixa de ser o centro de tudo e perde o direito de explorar os recursos naturais de forma ilimitada. Boff alerta sobre a necessidade de entendermos que o homem é parte da natureza e a democracia ecológico-social “aceita em seu seio, como cidadãos, não apenas os humanos, mas todos os seres da natureza, especialmente os seres vivos” (p. 113). Precisamos entender a importância de uma educação ecológica social para que as futuras gerações aprendam a relacionar as

questões de justiça social com as de justiça ecológica, possibilitando uma sociedade mais livre e integrada. No tópico fica clara a necessidade da educação com foco na ecopedagogia. Nos ensinamentos básico, superior e de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) devem ter especial atenção disciplinas que se preocupem com o fazer da ecoética e da ecologia humana.

Na segunda parte do livro o autor apresenta e discute a temática da mundialização. Ao introduzir o tema, chama atenção para o fato de que devemos pensar os problemas ecológicos em escala mundial, uma vez que nossos problemas estão mundializados. Os candidatos a protagonistas desse movimento são os indivíduos marginalizados e empobrecidos do nosso cenário atual. Cabe a eles unir a Terra em busca de um caminho único, mais justo e solidário. Neste quadro, há um lugar especial para a teologia da libertação, que se concebeu e se consolidou na luta ao lado desses grupos, desenvolvendo uma dimensão política na esfera religiosa, em luta pela liberdade, por vida digna a todos os seres vivos.

Em “Mundialização e pobreza”, quarto capítulo, o autor aborda a questão da pobreza humana frente às formas de governo e de modelos econômicos, à luz dos fundamentos da teologia da libertação. Para Boff, a crise do socialismo pode ser entendida, em parte, pelo autoritarismo dos que governavam, violando um bem essencial do cidadão, que é a liberdade. Entretanto, apesar do autoritarismo, ressalva o autor, esse modelo fez uma “revolução da fome” (p. 124).

Com efeito, nos países socialistas o coletivo está no centro, as relações são mais igualitárias, existe uma corrente de solidariedade que não encontramos nas várias manifestações do capitalismo. O preceptor da teologia da libertação afirma que esta corrente não se apoiou no socialismo, mas sim na luta pelos pobres, oprimidos. Os grupos oprimidos escrevem uma história de resistência a que devemos prestar atenção, sobretudo ao seu esforço de entender o mundo para transformá-lo. O teólogo é enfático em que somente com alguma mudança social os grupos oprimidos podem tentar resgatar a fé, muitas vezes perdida pela falta de liberdade e esperança em uma vida melhor. É somente no interior desses grupos oprimidos que a revolução social terá espaço, uma vez que a minoria rica capitalista não tem interesse em qualquer mudança social. Portanto, a revolução terá que ser mundial, tendo a humanidade como ponto central. Não se pode pensar em sistemas europeus como modelos para países do terceiro mundo. As estratégias devem ser globalizadas, a terra é única e devemos buscar a democracia onde todos participem, sejam solidários em busca da igualdade social.

No quinto capítulo “A implosão do socialismo: desafios para a sociedade e para a igreja”, Boff retrata as condições de vida em uma sociedade em que o capital e a mercadoria são os eixos centrais de atenção e ação, e os sujeitos viram objetos. Na busca por uma configuração mais humana, essa ordem precisa ser alterada, pois novas

relações precisam ser estabelecidas e os sujeitos devem ser os responsáveis pela busca dessa nova sociedade comunitária e mais participativa. Entretanto, a alternativa clássica ao capitalismo, que seria o socialismo, também se mostrou deficitária. As ações teoricamente sociais, que deixavam de lado a participação popular, impediram a implantação de uma democracia social e instituíram um partido único, contribuindo para a crise desse sistema. A desestruturação do sistema socialista aponta sobretudo a falta de liberdade e de participação, mostrando a necessidade de uma sociedade genuinamente democrática. Nesse caminho, as religiões também precisam se articular a esses movimentos sociais, na busca da integração cósmica, a partir de uma convivência global entre os seres vivos.

Em “Ciência, tecnologia, poder e teologia da libertação” sexto capítulo, o autor aborda os sistemas de governo e suas formas de opressão e marginalização dos mais pobres, que ou são explorados pelos sistemas, ou deles excluídos. Por isso, esses são os personagens que devem buscar a justiça social e a transformação social. Nessa luta o autor assevera que a ciência e a técnica não devem ser um fim em si mesmas, mas devem estar a serviço de um novo sistema de organização social, política, econômica e cultural. Tampouco devem atender às ideias assistencialistas, e sim estar ao lado de uma política que, através do trabalho, garanta a dignidade humana. A teologia da libertação auxilia no entendimento desse projeto societário, ao propor que a ciência também deve ser pensada de forma global, mundializada, a serviço dos interesses e das necessidades dos mais pobres.

No sétimo capítulo “Teologia da pequena libertação” o autor discute o crescimento da conscientização de opressão contra outros grupos, que também precisam de formas específicas de libertação. Entre os grupos oprimidos, Boff menciona os negros, as mulheres, os idosos e os homossexuais. Esses grupos sofrem duplamente, pois são marginalizados pela condição que apresentam e são explorados pela opressão socioeconômica. Portanto, o movimento de luta pela libertação precisa estar atento e articulado com os diferentes grupos que necessitam de auxílio. Os que militam pela teologia da libertação precisam estar juntos nessa caminhada, penetrando nesse cotidiano, para descobrir e inventar um novo universo de esperança.

A teologia da libertação sofreu críticas das alas ortodoxas da igreja católica, com o argumento de que a igreja deveria abster-se de conflitos sociais. Entretanto, ao optarem por esse caminho, sacerdotes deixariam de atender inúmeros fiéis necessitados de assistência espiritual. As ideias da teologia da libertação, próximas ao paradigma marxista, acabam acarretando interpretações e releituras equivocadas dos princípios do cristianismo, como por exemplo a assistência aos pobres, o que, ao invés de levar a um entendimento apenas de caridade, via assistência social acabou incorporando princípios marxistas. Além disso, para os ortodoxos, a relação entre

teologia da libertação e marxismo revelaria uma certa incoerência, em razão do caráter ateísta do marxismo (ANDRADE, 2015).

A terceira parte da obra, “Aprofundar a espiritualidade, alimentar a mística” trata da fé, do encontro com a interioridade de cada ser e com o mistério, traduzido pelo autor como a transcendência dos limites do conhecimento, o que está por trás de nossas realidades e mobiliza as pessoas para as lutas em prol de mudanças.

Em “Alimentar nossa mística”, oitavo capítulo, Boff apresenta e discute diferentes sentidos de mística. Mística compreende, entre outras coisas, as forças à primeira vista misteriosas, que fazem com que grupos oprimidos e explorados se articulem em torno de um movimento de luta, alimentando esperanças por transformações sociais, na busca pela dignidade e liberdade de todos os indivíduos. Seria, para o autor, uma mística do engajamento, da temática da espiritualidade e de Deus, nessa busca holística e integrada da existência humana. Esse encontro entre mística, espiritualidade, fé e Deus é muito forte para os grupos explorados e oprimidos, e é nesses pilares que eles encontram forças para resistir e lutar por seus ideais.

No último capítulo “Espiritualidade e sexualidade: uma perspectiva radical”, o autor firma que sexualidade e espiritualidade são duas faces da energia que devemos buscar para encontrar a integralidade do ser humano. São energias que passam por nós, que possibilitam a comunicação, a comunhão e ascensão, propiciando experiências de transcendência, e nosso desafio é integrar essas energias para estarmos em sintonia com a força cósmica. E conclui o livro com um chamado para que olhemos para os povos oprimidos e explorados, que tanto precisam de ajuda.

O livro de Boff fornece uma base ao leitor sobre questões relacionadas à humanidade, ecoética, preocupação com o planeta terra e sustentabilidade, buscando uma conscientização dos indivíduos em prol de um mundo melhor. É obra que conduz para uma educação ecopedagógica e alicerça as ideias e os valores da ecologia humana e da ecoética. Ocupa-se da relação do ser humano com a Casa Comum a luz dos princípios da Carta da Terra. Por isso, é referência para disciplinas que tenham como foco a sustentabilidade.

1.6 Laudato Si

Laudato Si revela um texto de tipo complexo: dissertativo-argumentativo e injuntivo-prescritivo, de natureza instrucional, com orientações explícitas para mudança de comportamento e atitudes da família humana em relação a si mesma e à grande comunidade de vida do planeta.

A análise das proposições mostra que o documento está centrado princípios éticos e em fatos, a partir dos quais tece argumentos e formula propostas de mudança de comportamento e atitude, e de busca do conhecimento.

O documento combina afirmações consensuais, em forma positiva, afirmativa, no presente, fundamentadas em dados empíricos e em previsões científicas. Com esse equipamento, legitima a sua proposta de reorientação ecológica e critica atitudes humanas relativas à cultura do descarte e do lucro irresponsável.

As encíclicas papais se constituem em pontos de referência e sugestão concreta para a transformação social. *Laudato Si*, do Papa Francisco, exarada no primeiro semestre de 2015, intitulada com o primeiro verso de poema de São Francisco de Assis, canto de louvor da natureza ao Senhor, sintetiza o pensamento do autor sobre o contexto ecológico global, com propostas para superar os desafios para o desenvolvimento responsável, com foco na vida na terra, com opção preferencial pelas comunidades humanas.

O objetivo desta análise é proceder a uma leitura da encíclica com base em Rojo e Fairclough, proceder a uma leitura da carta encíclica com atenção flutuante, avaliando como o autor informa, analisa, interpreta e propõe mudanças atitudinais e comportamentais em relação ao contexto imediato e mediato da vida na terra.

O texto é um documento educacional, construído em torno do educar, da educação, com expressões de natureza pedagógica, voltadas para o viver em sociedade, do tipo “precisamos de nos controlar e educar uns aos outros”.

A educação estética está presente de forma explícita na encíclica, em construções do tipo: « não se deve descurar nunca a relação que existe entre uma educação estética apropriada e a preservação de um ambiente sadio ».

A busca de suporte para a educação ambiental, e para uma ética ecológica, é sintomática: (210) “É muito nobre assumir o dever de cuidar da criação com pequenas ações diárias, e é maravilhoso que a educação seja capaz de motivar para elas até dar forma a um estilo de vida”.

A preocupação com as mudanças a serem provocadas com a educação ambiental perpassa o documento, em passagens como (213): “Vários são os âmbitos educativos: a escola, a família, os meios de comunicação, a catequese, e outros”.

A postulação do papel da educação ambiental desde o berço é categórica: “Uma boa educação escolar em tenra idade coloca sementes que podem produzir efeitos durante toda a vida”.

A dura consciência de que algo importante vem se perdendo, e que é possível reverter os processos devastadores através da educação aparece e reaparece no texto, em diferentes formulações, a exemplo de (...) “Surge, assim, um grande desafio cultural, espiritual e educativo que implicará longos processos de regeneração”.

A dimensão cidadã é um ponto central da encíclica, com apelo para o reconhecimento do equívoco da uma educação egocêntrica: “(...) muitas vezes falta uma consciência clara dos problemas que afetam particularmente os excluídos, a consciência de que somos uma única família humana”.

A ideia de que o planeta é limitado e finito, que parece óbvia, é lembrada em tom crítico, é um pedido de autocrítica, com vistas à conversão “(...) a constante distração nos tira a coragem de advertir a realidade dum mundo limitado e finito. Por isso, hoje, «qualquer realidade que seja frágil, como o meio ambiente, fica indefesa face aos interesses do mercado divinizado, transformados em regra absoluta”.

O princípio da apropriação social, em oposição ao domínio individual, e a orientação explícita para que toda posse seja convertida em cuidado aparece claramente, em várias partes de Laudato, a exemplo de: “(95) O meio ambiente é um bem coletivo, patrimônio de toda a humanidade e responsabilidade de todos. Quem possui uma parte é apenas para a administrar em benefício de todos”.

O pontífice emite um julgamento severo sobre nossa falta de consciência sobre nossas responsabilidades e deveres, nem da origem dos males que presenciamos, em relação ao meio ambiente: “Não temos suficiente consciência de quais sejam as raízes mais profundas dos desequilíbrios atuais: estes têm a ver com a orientação, os fins, o sentido e o contexto social do crescimento tecnológico e econômico”. Seu pedido para conversão é explícito: “Devemos fazer a experiência duma conversão, duma mudança do coração”.

A esperança e o otimismo, que perpassam o documento, se expressam em termos claros, em passagens como “(...) uma parte da sociedade está a entrar numa etapa de maior consciencialização. Nota-se uma crescente sensibilidade relativamente ao meio ambiente e ao cuidado da natureza”, (...) uma «ecologia integral, que inclua claramente as dimensões humanas e sociais» (137), indissolúvelmente ligadas com a questão ambiental, excesso de antropocentrismo «Não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise sócio-ambiental» (139).

A importância de uma ecologia que pense a relação do humano com o todo. Não é só a relação de homens e mulheres com a natureza que importa, mas a relação com seus pares, como o trabalho, com as questões sociais, com a beleza da natureza, das construções, do ambiente em que se vive.

Além de:

Um desenvolvimento humano que melhore integralmente a qualidade de vida da comunidade que habita a Casa Comum está em (...) uma «ecologia integral, que inclua claramente as dimensões humanas e sociais» (137), indissolúvelmente ligadas com a questão ambiental. «Não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise sócio-ambiental» (139).

(...) um desenvolvimento autêntico pressupõe um melhoramento integral na qualidade da vida humana: espaços públicos, moradias, transportes, etc. (150-154).

(...) construção de caminhos concretos não seja enfrentada de modo ideológico, superficial ou reducionista.

(...) um desenvolvimento autêntico pressupõe um melhoramento integral na qualidade da vida humana: espaços públicos, moradias, transportes etc. (150-154).

(...) acordos ambientais globais realmente significativos e eficazes» (166).

A educação e a formação continuam sendo desafios centrais: «toda mudança tem necessidade de motivações e dum caminho educativo» (15); estão envolvidos todos os ambientes educacionais, por primeiro « a escola, a família, os meios de comunicação, a Não se pode subestimar a importância de percursos de educação ambiental capazes de incidir sobre gestos e hábitos cotidianos, da redução do consumo de água, à diferenciação do lixo até «apagar as luzes desnecessárias»

(211): «Uma ecologia integral é feita também de simples gestos quotidianos, pelos quais quebramos a lógica da violência, da exploração, do egoísmo».

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sorte está lançada aos que educam, ensinam, legislam, conduzem pessoas. Os caminhos a seguir estão claros. Os princípios estão formulados na Carta da Terra. As orientações filosóficas e espirituais no livro de Boff. A hierarquização dos desafios em *Laudato Si*.

A educação ambiental precisa de ementas objetivas, centradas em orientações e suporte teórico para as metas propostas. Os três documentos se estabelecem como fundadores das orientações mais responsáveis e corajosas.

As mudanças do mundo têm seu início nas ideias, nos discursos. As mudanças da relação humana com o meio ambiente, tema dos documentos que fazem parte desta análise terão eco a partir de uma educação formal cujo eixo ambiental tenha como foco a ecologia humana.

3 REFERÊNCIAS

ANDRADE, P. **Aceitáveis com restrições, outras totalmente inaceitáveis: Dom Luciano Cabral Duarte e as Teologias da Libertação.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. v. 45 (1), 2015.

BOFF, L. **Ecologia. Mundialização. Espiritualidade.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 2008.

BOFF, L. **Ecologia. Ciência. Espiritualidade**: a transição do velho para o novo. Rio de Janeiro: Ed: Mar de Ideias, 2015.

FRANCISCO I. **Laudato Si**. disponível em:
http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. 2015. Acesso em: 30 jun. 2016.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical**. São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1996.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: EUnB, 1992.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Coord. trad. rev. técnica e pref. I. Magalhães. Brasília: Editora, Universidade de Brasília, 2001, Resenhado por: Carmem Cecília Camatari Galvão.

FAIRCLOUGH, N. **A dialética do discurso**. Revista Teias, v. 11 (22): p. 225-234, maio/agosto, 2010

UNESCO. **Carta da Terra**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra>, 2000. Acesso em: 30 jun. 2016.